

EM DEFESA DA VIA ANTIRRACISTA: REFLEXÕES PARA SUPERAR O RACISMO E A BRANQUITUDE ACRÍTICA NAS INSTITUIÇÕES¹

Gianmarco Loures Ferreira

Doutor em Direito, Estado e Constituição do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade de Brasília. Procurador do Estado de Minas Gerais. Pesquisador vinculado à Escola de Estudos Mundiais, em parceria com a FLACSO Brasil. Membro do Conselho Científico da Nova Práxis Editorial.

RESUMO

O racismo tem atravessado sociedades, criado desigualdades e ceifado vidas de populações pretas em todo o globo. E suas consequências são devastadoras na autoconsciência de si, na saúde mental, na exclusão, na vida precária por conta das discriminações impostas aos negros por gerações. Sua ação, trata-se de uma estratégia de regulação política, a qual é produzida socialmente para ancorar a autopreservação de um grupo posicionado como hegemônico: a branquitude. O artigo pauta essa questão, ao mesmo tempo em que convida ao seu enfrentamento.

Palavras-chave: racismo; branquitude; ações afirmativas; cotas; igualdade racial.

ABSTRACT

Racism has crossed societies, created inequalities and harvested lives from black populations throughout the globe. And its consequences are devastating in self-awareness, mental health, exclusion, precarious life because of the discrimination imposed on blacks for generations. Its action, it is a strategy of political regulation, which is socially produced to anchor the self-preservation of a group positioned as hegemonic: the whiteness. The article guides this issue, while inviting you to confront.

Keywords: Racism; whiteness; Affirmative actions; quotas; racial equality.

RESUMEN

El racismo ha cruzado a las sociedades, ha creado desigualdades y se cosechó vidas de las poblaciones negras en todo el mundo. Y sus consecuencias son devastadoras en la autoconciencia, la salud mental, la exclusión, la vida precaria debido a la discriminación impuesta a los negros por generaciones. Su acción, es una estrategia de regulación política, que se produce socialmente para anclar la auto-conservación de un grupo posicionado como hegemónico: la blancura. El artículo guía este tema, mientras lo invita a confrontar.

Palabras clave: racismo; blancura; Acciones afirmativas; cuotas; igualdad racial.

RÉSUMÉ

Le racisme a traversé les sociétés, créé des inégalités et récolté des vies de populations noires du monde entier. Et ses conséquences sont dévastatrices dans la conscience de soi, la santé mentale, l'exclusion, la vie précaire en raison de

la discrimination imposée aux Noirs pendant des générations. Son action, c'est une stratégie de réglementation politique, qui est socialement produite pour ancrer l'auto-préservation d'un groupe positionné comme hégémonique: la blancheur. L'article guide ce problème, tout en vous invitant à affronter.

Mots-clés: racisme; blancheur; Actions affirmatives; quotas; égalité raciale.

A proposta deste debate passa por vários aspectos e questões sobre racismo: antirracismo, superação do racismo, branquitude, branquitude crítica, branquitude acrítica, leis, mudanças de padrões, atitudes afirmativas de uma equidade racial. É um volume muito grande de informações a se abordar, cada uma de grande complexidade. Por isso, dentro das limitações do presente texto, pretendo compor uma análise que permita pautar esses temas em sua correspondência, numa análise crítica e social.

Inicio pelo debate sobre os racismos. No plural mesmo, porque são várias as manifestações do racismo, como racismo institucional, em que as estruturas organizacionais reproduzem uma assimetria de poder em relação a pessoas brancas e pessoas negras; o racismo estrutural, em que se tem um sistema de dominação que é político, econômico e jurídico, usando a tripartição que Sílvio Almeida (2018) pauta e que, conforme o autor, permeia todas as relações das sociedades racializadas. Mas não vou me deter nesses dois pontos, porque isso gera uma sensação de impotência, quando se pensa na forma em que o racismo está assentado, e que deixa todos nós, como sujeitos sociais, muito limitados em nossas possibilidades.

Por isso, elegi pautar a questão da branquitude, justamente pela relação interpessoal que ela estabelece na reprodução dos racismos. Nessa direção convido a pensar na discriminação e preconceito, como estratégias de poder, de subjugação por poder, resgatando o que disse com sabedoria Maria Aparecida Bento (2014):

é preciso pensar a discriminação não com base só na questão do preconceito, que tem a ver com um sentimento íntimo de repulsa de algumas pessoas, mas com base no interesse. Todo mundo tem um interesse de autopre-

servação, de proteção de seus familiares, seus bens, seus direitos e, portanto, tem uma dimensão subjetiva. Mas, quando esta convicção íntima se mistura com questões objetivas, da prática, há uma reprodução do racismo na sociedade, em especial — como é o objeto dessa conversa — do racismo antinegro.

Ou seja, o racismo, como dominação racial é, como bem disse Sarita Amaro em várias de suas obras (2015, 2019...), uma estratégia de regulação política, a qual é produzida socialmente para ancorar a autopreservação de um grupo posicionado como hegemônico. E a branquitude, como nos aponta Maria Aparecida Bento (2002), é o lugar onde se pratica esse privilégio racial, econômico e político, em que a racialidade, não nomeada como tal, é carregada de valores, experiências, identificações afetivas e que acabam por definir a própria sociedade. Por isso, é muito comum que pessoas brancas demorem a se perceber como tais, dado de que aprenderam que ser branco é o “normal” e que “os outros” são os que têm etnia e/ou raça. Essa é uma característica da branquitude, esse “não lugar”, em que se veem os outros, mas não a si mesmo, colocando-se no lugar do universal.

É preciso aprofundar esse debate para entender a relação direta que o privilégio tem na produção do racismo. O estudo de Peggy McIntosh (1997) mostra várias questões ligadas às vantagens da pessoa branca e como estão passando despercebidas. Um exemplo cotidiano é você morar em um bairro nobre que faz fronteira com outros precarizados e perder a referência de que a sua abundância contrasta com a realidade de escassez dos “outros”. Por exemplo, conforme McIntosh, a pessoa branca se vê representada nos programas de TV, se vê representado positivamente em livros de história, sabe que, se for pagar uma conta e não tiver dinheiro na hora, ela contará com a boa vontade das pessoas para que pague depois, esse tipo de coisas. E ela ilustra a branquitude como se fosse uma bolsa, que fica nas costas das pessoas brancas e que elas podem sacar dali o que precisarem no momento, seja dinheiro, sejam ferramentas, sejam ações/reações, sejam cartas de recomendação, sejam todos esses privilégios, que, normalmente, as pessoas não computam. É como se fosse uma

conta-corrente em que fosse possível sempre sacar dinheiro, dar uma cartada, da própria e simples natureza de ser uma pessoa reconhecida socialmente como branca.

Para avançarmos, no entanto, é preciso fazer uma distinção entre os tipos de branquitude. Lourenço Cardoso (2020) cunhou essas duas terminologias: branquitude crítica e branquitude acrítica. A branquitude crítica seria aquela das pessoas brancas que já têm uma consciência do seu lugar de privilégio. Ela não é racista, se diz antirracista, nas suas relações ela mantém essa coerência de repúdio ao racismo e a uma superioridade racial, diferentemente do que ocorre com a branquitude acrítica. Esta última, por outro lado, é aquela que não entra na discussão de racismo porque acredita na suposta superioridade racial branca, naturalizada em fatos devastadores da história, pela ocupação de espaços de poder pelas pessoas brancas, pelas explicações e genocídios gestados.

Tendo esses dois conceitos em mente, é possível adentrar na discussão sobre identidade racial branca. No desenvolvimento de sua identidade racial, você pode seguir num caminho que leve a uma relação saudável consigo e com o outro ou a seu oposto. Para refletir sobre o assunto, tome-se o esquema proposto por Janet Helms (1990), que ajuda a entender um pouco como ela lida com essa constituição da identidade e o desenvolvimento da identidade racial branca². Por meio dela tem-se a noção de que a identidade branca pode te levar para uma branquitude crítica ou uma acrítica, partindo do pressuposto de que uma pessoa forma sua identidade, baseada em aspectos relacionais com os outros.

Para Helms, a etapa de contato é quando cria, em relação aos outros, no caso as pessoas negras, uma visão muito baseada na sua formação, seja familiar, seja educacional, seja de seu grupo de relacionamento, em que vê o outro num espaço distante do seu. Numa situação de convivência distante, que remete ao conceito de geografia social da raça, de Ruth Frankenberg (1993), em que você acaba tendo algum tipo de relação, embora não interaja efetivamente. Mas, a partir desse contato, a pessoa pode ter uma série de estereótipos e que podem ser confirmados ou

não, possibilitando, assim, passar para uma segunda etapa da formação da identidade, chamada de desintegração.

Nesse momento de desintegração, as pessoas brancas percebem que pessoas negras não possuem os defeitos, os estereótipos, que costumam ser a elas atribuídos. Os estereótipos passam a ser desmentidos, as pessoas passam a ser vistas como são em sua totalidade e potência humana. Nessa etapa é que a pessoa começa a se dar conta de que tudo aquilo que se dizia contra “os outros” não era verdade. Assim, para além da visão do outro, a própria ideia que têm de si mesmo começa a se desintegrar. Passa-se a perceber os privilégios que têm no contraponto em que se reconhecem as dificuldades por que passam as pessoas negras. E, com isso, os brancos dão-se conta de que suas conquistas não decorrem de um legítimo mérito, no compasso em que seus concorrentes negros ou indígenas (“os outros”) foram previamente eliminados.

Esse é um momento chave — e, por vezes, angustiante — em que se percebe a si próprio e aos outros. Cada pessoa lida de um modo com essa situação. E é verdade que nem todos a vivenciam com desconforto. Alguns persistem em manter seu alheamento a essa realidade e conseguem sentir-se cômodos com sua identidade, livres de culpa, pelos privilégios que acumula, mantendo distância das pessoas negras e reforçando ainda mais seus estereótipos. Outros fazem o caminho da mudança, com os quais me identifico. São aqueles que ocupam seus espaços e não aceitam discriminações e ainda se somam à luta antirracista, falando sobre isso entre pessoas de seu grupo branco, furando a chamada “bolha social”. Trata-se aqui, do que Helms nomeia positivamente de (re)construção da identidade branca; que é quando a pessoa branca se assume e se representa por atitudes antirracistas, rompendo com o modo de ser e pensar colonizador e eurocêntrico. Isso se faz por meio de acesso a leitura, estudos, debates, a ações de ativismo e aproximação intercultural.

Nesse momento, em que a pessoa se aprofunda nessa crítica e passa a agir de forma mais coerente, ela também se dá conta de que já não mais pertence àquele grupo que se sentia à vontade com as piadas racistas,

por exemplo, que já não é mais tranquilo estar num meio em que falta letramento racial das demais pessoas. E aí, a pessoa passa a viver, como diz Ignatiev (1997), como um “traidor da raça”. Ela se sente deslocada da branquitude até então confortável, que caminha sem angústia por seus privilégios. Ela deixa de se identificar com as vantagens que a sociedade lhe atribui simplesmente em razão de seu pertencimento racial. Ela, enfim, caminha no sentido da autonomia. Nessa última etapa, a pessoa branca age coerentemente de forma antirracista.

Como várias críticas a essa abordagem destacam, não é um caminho natural e não se dá em todas as instâncias, tampouco ocorre da mesma forma com todas as pessoas. Haverá momentos em que, mesmo uma pessoa branca agindo com maior grau de criticidade, se verá confrontada em algum direito que reconhece como seu de forma mais justificada, vindo a recair em posições que instintivamente ressaltem o privilégio branco. Por isso, apta a superar o racismo, precisamos, como diz Sarita Amaro (artigo de capa Marx, 2020), golpeá-lo, nutrindo a mente crítica e expondo as iniquidades raciais, mostrando sua inconformidade com práticas racistas, desmascarando-as, inclusive.

Se a pessoa permanece em um ambiente em que somente frequentam pessoas brancas, é possível que ela perca a dimensão da divisão social de raça e conviva habitualmente com preconceitos arraigados. É preciso estar reativando essa crítica para não cair na armadilha da branquitude acrítica e seus efeitos nefastos.

Cardoso (2014) é enfático a respeito da branquitude acrítica: nos lembrando das milhares de pessoas negras que continuam sendo mortas por causa dessa fé absoluta no valor da branquitude, cimentada nas vantagens e ideias de uma suposta superioridade racial branca. Então, para falar de realidades e convocar a branquitude crítica, é preciso falar do genocídio negro, das vidas negras perdidas na precarização social e na violência. Por mais que se alegue que também morrem pessoas brancas, é preciso olhar para os dados. Em 2016, havia a denúncia de que, a cada 23 minutos, um jovem negro era morto de forma violenta³. Vinte e três mi-

nutos! *O Atlas da Violência*⁴, de 2021, assustadoramente traz o dado de que a cada 17 minutos um jovem negro é assassinado. Aumentou a violência policial? Sim. Aumentou a guerra entre grupos criminosos? Sim. Mas, por trás disso, por trás dessa violência que se avoluma, há uma ideologia racista que age reproduzindo uma lógica de que existem pessoas descartáveis, cujas vidas não importam. Por isso a potência do Movimento “Vidas Negras Importam”! Quais vidas para a branquitude acrítica valem? Apenas as vidas brancas, que compartilhem do mesmo ideal e que se veem prejudicadas com a “invasão” de seus espaços de poder?

De acordo com o Safernet, em 2018, já havia mapeamento de 28 sítios eletrônicos de conteúdo neonazista e supremacista branco no Brasil. Em 2019, esse número chegou a 42. Já em 2020 foram identificados 204 sites neonazistas e fóruns de discussão com falas e defesas da supremacia branca⁵. Por isso, defendo que não se vai enfrentar ou coibir ações racistas de uma branquitude acrítica somente pela via da repressão. É preciso mudar a lógica do funcionamento da sociedade. É preciso mobilizar um processo educativo e uma cultura de mudança. Único caminho para pausar o retrocesso histórico cimentado no preconceito e na hipervalorização natural das pessoas brancas.

Precisamos compor, regular, adotar e monitorar um conjunto de políticas e ações articuladas de matriz antirracista. Nos espaços públicos, educacionais, de lazer e de trabalho. Precisamos abertamente educar a ampla sociedade para um letramento racial. E, no compasso de pequenas ações individuais, locais, dentro e fora das instituições, iremos compor um novo e mais justo mundo social.

Outro ponto importante a se considerar é o da diversidade no ambiente de trabalho. Mesmo que não se tenha amplo poder, é possível conseguir, em pequenas situações, mexer um pouco nessa geopolítica social da raça, criando inclusões e mobilidades. E as cotas atendem a esse objetivo. Pode-se adotar essa premissa racionalmente, mesmo que não esteja institucionalizada, seja na contratação de um estagiário ou estagiária ou na abertura de vaga ou promoção a um cargo de direção no seu local de trabalho.

Mesmo quando se é do serviço público, é possível, sem ferir o princípio da impessoalidade, buscar uma diversidade nesse ambiente. Ou seja, quando se tem a oportunidade de trazer pessoas negras para um ambiente majoritariamente branco, exerça sua ética e seja afirmativa(o)!

É preciso compreender que o antirracismo se constrói no cotidiano por todos e não deve jamais se restringir a uma luta ou interesse exclusivo das populações negras ou indígenas. Vencer os racismos trata-se, portanto, de uma questão de interesse coletivo, de uma luta maior que deve conjugar esforços de todos como nação.

Por fim, convido a pensar sobre os caminhos de superação do racismo. Eles existem, é algo “possível”? Respondo que sim. E o faço, a partir de texto que li, que é contributivo, mesmo sem pautar sobre o racismo, ao refletir sobre o ser humano. O autor, Yuval Noah Harari⁶, historiador israelense, tratou da natureza do ser humano e o fez através das seguintes perguntas: ela é limitada, a história só se repete? O conflito, a disputa, a litigiosidade são uma força da natureza?

Há quem considere que sim e que o que se tem seja um estado de natureza hobbesiano, em permanente luta por subordinação do outro. Mas há outra corrente que percebe que essa litigiosidade não é uma força da natureza, mas sim uma ideia humana. Então, se é uma ideia, ela pode ser modificada. Essa é a grande potência dessa reflexão. Quando se olha para sociedades do passado até o nosso atual tempo histórico, temos a nítida compreensão do quanto mudar e se desenvolver é possível. Milênios de erros, atrasos e retrocessos criaram experiências e percursos de aprendizagens sociais e políticas. Os tratados e acordos internacionais, bem como as leis que temos, provam o quanto já avançamos em termos de civilização e devemos nos esforçar para avançarmos mais. O ser humano é por essência um ser mutável, e exatamente por isso paradigmas e formas de coexistir são passíveis de serem mudadas, e requisitam ser revistas para acompanhar os desafios e realidades de cada novo tempo, com respeito à ampla diversidade social. Por isso ser antirracista está no caminho de todo nós. É nossa obrigação ética, é nosso dever.

Enfim, é possível mudar? É possível superar o racismo? Eu, enfaticamente, defendo que sim! E me alinho a uma das brilhantes falas de Sílvio Almeida (2018) quando afirma que:

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social, e por isso não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ético e possivelmente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo. Depende, antes de tudo, da tomada de postura e da adoção de práticas antirracistas (p. 40).

Quando formos pensar em racismo e antirracismo, ocupar espaços estratégicos como cargos diretivos, na gestão pública ou empresarial, bem como atuar em comissões avaliadoras de cotas nas universidades e/ou no mercado de trabalho, precisamos estar atentos a todo o processo histórico-cultural que criou iniquidades e assumirmos nosso compromisso de ruptura com as dominações e privilégios brancos associados. É um pequeno passo, mas cujo impacto no horizonte social, nas sociedades humanas futuras, é grandioso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMARO, Sarita. **Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

AMARO, Sarita. O racismo sob a ótica foucaultiana. In: AMARO, Sarita; OLIVEIRA, Evaldo R. (orgs.). **Sim, o racismo existe!** Reflexões, ações e iniciativas para combater o racismo e seus simulacros. Curitiba: Nova Práxis, 2019, p. 57-69.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo** - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 25-57.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresarias e no poder público**. 2002. 1—169 f. Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf.

BOWEN, William G.; BOK, Derek Curtis. **The shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions**. Princeton: Princeton University, 1998.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e a branquitude. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 88-106, 2014.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional. Curitiba: Appris, 2020.

FERREIRA, Gianmarco Loures. Entender a branquitude para buscar superá-la. In: AMARO, Sarita; OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro (orgs.). **Sim, o racismo existe!** Curitiba: Nova Práxis, 2019. p. 115-140.

FRANKENBERG, Ruth. **White women, race matters**: the social construction of whiteness. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

HELMS, Janet (ed.). **Black and white racial identity**: theory, research, and practice. New York: Greenwood, 1990. Disponível em: <https://archive.org/details/blackwhiteracial0000unse>.

IGNATIEV, Noel. The point is not to interpret whiteness but to abolish it. **Conference “The Making and Unmaking of Whiteness”**. University of California, Berkeley, April 11-13, NULL, 1997. Disponível em: <http://racetractor.org/abolish-thepoint.pdf>.

MCINTOSH, Peggy. White privilege and male privilege: a personal account of coming to see correspondences through work in women’s studies. **Critical Whiteness Studies**: looking behind the mirror. Philadelphia: Temple University, 1997. p. 291-300.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de direito antidiscriminatório**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Schwarcz, 2019.

NOTAS

- 1 Adaptação da palestra proferida no webinar: “Questão social, políticas sociais e direitos já!”, realizado nos dias 17 a 19 de fevereiro de 2022, pela Nova Práxis Editorial.
- 2 Como todo esquema é uma simplificação, mas que joga luzes para entender a realidade. Para uma crítica, veja Ferreira (2018).
- 3 “A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>.
- 4 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>.
- 5 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-10/sites-neonazistas-crescem-no-brasil-espelhados-no-discurso-de-bolsonaro-aponta-ong.html>.
- 6 Disponível em: <https://www.economist.com/by-invitation/2022/02/09/yuval-noah-harari-argues-that-whats-at-stake-in-ukraine-is-the-direction-of-human-history>.